



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11496 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

INFÂNCIA E ESCOLARIZAÇÃO PELO RELATÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1944-1946)

Shirley Ferreira Marinho Silva - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Magda Carmelita Sarat Oliveira - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

INFÂNCIA E ESCOLARIZAÇÃO PELO RELATÓRIO FEDERAL DE PONTA

PORÃ (1944-1946).

RESUMO: Para esta comunicação o objeto de estudo é a infância e escolarização das crianças pelo Relatório Federal de Ponta Porã (1944-1946) (RFPP) na fronteira Brasil-Paraguai. Buscamos identificar e compreender aspectos do processo da educação institucionalizada na região. A análise baseia-se na teoria do processo civilizador de Norbert Elias e entre outras referências bibliográficas. Elias considera o ser humano como única espécie que necessita de processos de aprendizagem social, esse processo inicia-se na infância e a inserção na sociedade torna-se algo essencial do indivíduo. A escola pode ser compreendida como espaço de aprendizagens não somente para o desenvolvimento da intelectualidade como também o desenvolvimento das relações sociais. Essa discussão é parte da tese de doutorado em andamento intitulada “Educação do Corpo e Civilidade no Relatório Federal de Ponta Porã (1944-1946)” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) desenvolvida na linha de pesquisa História, Memória e Sociedade que faz parte de um projeto mais amplo intitulado "VIDA DE PROFESSOR/A" : trajetórias docentes e memórias de práticas pedagógicas na Educação Infantil e na Infância em instituições de Mato Grosso do Sul sob a coordenação da professora Dra. Magda Sarat também orientadora desta. Consideramos a infância como um período de desenvolvimento físico, intelectual, emocional, cultural e social do ser humano como um todo. Phillippe Àries, em *História Social da Criança e da Família* (2011), analisou o ciclo de vida desde a Idade Média, período em que o conceito de infância era inexistente, a criança somente era incluída

na família aos sete anos de idade, os europeus não acreditavam que antes desse período elas pudessem ter a formação social e a personalidade de um homem. A construção social da infância é histórica e somente na modernidade que a infância foi considerada fase distinta da vida e reconhecida e estudada por antropólogos, sociólogos, entre outros. SARAT (2014) converge ao dizer que “ao falarmos em criança apontamos aqui o conceito biológico – todos nascem bebês –, ainda que a infância seja um conceito histórico-social com suas variantes. Em termos gerais, na atualidade ela está localizada na primeira década da vida humana” (SARAT, 2014, p. 3). Para Elias (1994a) nesse período de dez anos iniciais o indivíduo aprende a controlar suas emoções e as aprendizagens ao qual são submetidas visto que “a vida instintiva delas tem que ser rapidamente submetida ao controle rigoroso e modelagem específica que dão à nossa sociedade seu caráter e que se formou na lentidão dos séculos” (Elias, 1994a, p. 145), ou seja, é um processo geracional onde “a educação e socialização da criança do final de século XIX e início do XX tem especificidades próprias, modos, comportamentos e padrões que circulam entre gerações distintas” (SARAT, 2014, p. 4). A escolarização considera-se que “na institucionalização da criança, os espaços educativos representados pela escola são lugares de controle e autocontrole, que vão se transformando e tornando-se mais complexos” (SARAT, 2014, p. 10). Na década de 1940, o interventor federal Julio Strübing Müller (1937 – 1945), por meio do Decreto nº 53, de 18 de abril de 1941, data da criação de 100 escolas de instrução primária destinada a regiões rurais do estado, “a criação das escolas rurais deve-se ao fato de que a população, nesse período, vivia em sua maioria no campo” (ROCHA e BRITO, 2015, p. 9). Se compararmos os dados em 1920 a 1940, em 1920 era 14,4% da população escolarizada com idade entre 5 e 14 anos, estava freqüentando a escola primária, pública e particular, em Mato Grosso. Porém em 1940, foi possível ver 29,3% da população escolarizada “recebendo instrução elementar” (ROCHA e BRITO apud BRITTO, 2001, p. 74-75). O ex governador José Albuquerque aponta que antes da divisão da nova unidade federativa, da criação do Território Federal de Ponta Porã – TFPP, Mato Grosso possuía apenas com 52 escolas de ensino primário e/ou secundária, 28 eram mantidas pelo governo do estado e 24 estavam sobre tutela dos governos municipais, essas escolas tinham características de estabelecimentos isolados, pois existia somente o Grupo Escolar de Ponta Porã (Grupo Escolar Mendes Gonçalves), construído em 1927 pela Empresa Mate Laranjeira. No Relatório Federal de Ponta Porã (RFPP), fonte da presente tese, no capítulo que descreve acerca da educação já inicia anunciando uma ascensão do processo de escolarização das crianças da região fronteiriça ao dizer “como se processou a marcha ascensional do ensino territorial, de 1944 a 1946, deixando que os números, na sua linguagem muda, digam de como foi útil à infância até então desamparada naquela região, a ação do Governo Central, por intermédio de seus delegados diretos” (RFPP, 1944-1946, p. 28). Segundo o relatório, a primeira providência a ser tomada foi criar estratégias para elevar o nível intelectual dos professores, até então leigos, sem nenhuma base pedagógica. Foi organizado, no início de 1945, um curso de aperfeiçoamento de três meses, conhecido como curso de férias para professores primários. O curso “foi ministrado intensivamente, espalharam-se os professores paulistas, pelo interior, efetuando a matrícula pelos estabelecimentos existentes e colhendo dados indispensáveis à criação de novas escolas”,

trabalho duro e lento devido as dificuldades de transporte naquela época. Iniciou campanhas onde os inspetores orientavam os professores “na execução do programa didático, feitura do diário escolar, escrituração dos livros de matrícula, frequência e trabalhos realizados, planos de aulas, boletins mensais, comemorações cívicas, cerimônia do hasteamento do pavilhão nacional, lições de cousas “(RFPP,1944-1946, p. 28), etc. Os inspetores escolares eram considerados mensageiros do bem, uma espécie de “guias prestimosos nas trevas do analfabetismo, batalhadores incansáveis em prol da formação de nova mentalidade na campanha, diuturnamente, em caminhões, em carretas, a cavalo e a pé, cortando picadas léguas e léguas sertão a dentro” (RFPP,1944-1946, p. 29). A pecuária e indústria extrativista da erva-mate impedia a constituição de centros urbanos por ficar muito espaçado uma residência da outra. Os inspetores indicavam as possibilidades de expansão das escolas, mas com receio devido a “rarefação demográfica, criando condições ímpares no campo da educação popular, principalmente no que diz respeito à disseminação de escolas” (RFPP, 1944-1946, p. 29-30), sendo a escola rural isolada foi a mais indicada, ainda que não atendessem a todas as crianças. Nos anos de 1945 e 1946 “foram criadas 139 dessas escolas, nas pequenas povoações onde a estatística acusava mais de 25 crianças em idade escolar. Os inspetores sugeriram, então, a criação de escolas-ambulantes” (RFPP, 1944-1946, p. 30), também conhecidas como escolas itinerantes que permaneciam em determinados lugares do território “para efetuarem cursos intensivos de 4 a 6 meses em cada erval onde houvesse número suficiente de crianças em idade escolar” (RFPP, 1944-1946, p. 30), os ervateiros se deslocavam com suas famílias de um lugar para outro e a escola itinerante os seguiam. Ainda “Para atender às crianças das fazendas onde a pecuária se desenvolve, um novo tipo de escola seria organizado: os internatos, instalados em locais que possibilitassem aos fazendeiros e seus empregados manter seus filhos internos ou semi-internos, conforme a distância de cada lugar” (RFPP, p. 30), muitas dessas escolas tiveram, além do apoio do governo, a ajuda dos próprios fazendeiros. A educação das crianças pode ser vista com certa imprevisibilidade como diz Sarat a partir “dos projetos familiares (pais e filhos), os projetos institucionais (professores e alunos), os projetos de formação de uma geração para outra (adultos e crianças), além dos projetos dos grupos e agremiações dos quais fazemos parte”, independente da configuração de cada grupo de indivíduos todos estão sujeitos “à conformação e adaptação às regras, normas e comportamentos, atendendo padrões individuais e coletivos de controle e autocontrole” (SARAT, 2014, p. 13). A região rural sofreu mais vulnerabilidades que a região urbana, percebe-se que as escolas itinerantes e as escolas internatos “poderiam receber alunos na idade de 10 a 14 anos, atendendo à dupla função de ministrar, a par do ensino primário propriamente dito, uma educação integral do homem em função da terra, vida cívica, moral, social, intelectual e econômica”. Para a população urbana, não ultrapassando a “25% do total da população escolar, isto é, aproximadamente 4.000 crianças, pode o Território dar assistência que foi além de 80 por cento, ministrada em oito grupos com 53 classes”, muitas escolas isoladas foram construídas em torno das cidades (RFPP, 1944-1946, p. 31) mas “não nos foi possível atender a mais de 35% da população infantil, que necessitava de escolas” (RFPP, 1944-1946, p. 31). Para o mesmo ano, o sistema contava com cinco inspetorias, as escolas ambulantes e escolas-internatos estava prevista a

instalação de mais 50 unidades primárias rurais, além das 72 escolas já criadas, mas que não chegaram a ser instaladas no ano de 1946, que atenderia em média de “5.040 crianças, isto é, mais 40% da população total em fase escolar no interior, elevando-se a média, para cada escola, a 35 crianças” (RFPP, 1944-1946, p. 33). Foi criada a Divisão de Educação, a Inspeção Geral, diretamente subordinada ao Diretor da Divisão., efetivando uma rede de comunicação e ação entre as escolas. O inspetor escolar fiscaliza, orienta e verifica, corrigindo as falhas pedagógicas observadas nas visitas periódicas às escolas e o professor na campanha, sentindo-se assistido, recobra ânimo e entusiasmo, capacitando-se, cada vez mais, da importância que representa para a coletividade a sua missão, de cunho eminentemente patriótico, forjadora que é do Brasil por vir. Frente as evidências que estruturaram o processo de escolarização pelo RFPP vimos que “a dinâmica da escolarização foi uma dinâmica de inclusão social, uma vez que para as elites este fator seria fundamental para completar-se o processo de civilização” (VEIGA, p.100), ou seja, os pobres eram vistos como sem civilização, mas que com o processo de educação saberes seriam internalizados pelos indivíduos, gerando potencialidades e condições de previsibilidade. E por assim dizer Elias (1994a), era necessária a “consciência da civilização, a consciência de superioridade de seu comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte” (ELIAS, 1994a, p. 64). Para Elias as relações sociais e o processo civilizador no indivíduo é uma constante no período de aprendizagens, que se inicia na infância e continua por toda a vida, num processo sociologicamente em constituição, dessa maneira “os modelos atuais de civilização indicam mudanças históricas nos espaços da criança, da infância, da sociedade e da educação dos pequenos” (SARAT, 2014, p. 14). Algumas mudanças tanto políticas como pedagógicas avançaram em relação ao período anterior ao território no esforço de ter a infância e escolarização da criança mais assistida na região fronteira Brasil-Paraguai.

**Palavras-chave:** Relatório Federal de Ponta Porã; Escolarização; Infância.

## Referências

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2a. Ed. Rio de Janeiro: L T C Editora. 1981.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar. v. 1. (1994a).

ROCHA, Marcelo Pereira. BRITO, Silvia Helena Andrade de. **O Projeto de Implantação e Expansão de Instituições Escolares Urbanas e Rurais no Território Federal de Ponta Porã (1943–1946)**. 2015.

**RELATÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1944-1946)**. Já extinto, elaborado pelo governador José Alves de Albuquerque e apresentado ao Presidente da República Getúlio Vargas, no ano de 1947. Dourados: Centro de Documentação Regional/CDR, 2020.

SARAT, Magda. Infância e a formação civilizada do indivíduo em Norbert Elias. **Simpósio Internacional Processos Civilizadores: Civilidade, Fronteira E Diversidade**, v. 14, 2014.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. Universidade Federal

de Minas Gerais, Faculdade de Educação. **25ª Reunião Anual da ANPEd, (Caxambu, MG, 29 de setembro a 2 de outubro de 2002)**. Set/Out/Nov/Dez. 2002 n° 21.